

HABEAS CORPUS Nº 501.798 - SC (2019/0092131-2)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : TUANNE MOREIRA CRUXEN E OUTRO
ADVOGADOS : TUANNE MOREIRA CRUXEN - SC049788
JULIANA DA SILVA MILAN ALVES - SC052331
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : LUIZ ALBERTO MAMBRINI FILHO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **LUIZ ALBERTO MAMBRINI FILHO**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Colhe-se dos autos que o paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva, pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Irresignada, a defesa impetrou prévio *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem (e-STJ, fls. 44-54).

Neste *writ*, os impetrantes alegam, em síntese, ausência de fundamentação idônea do decreto preventivo.

Pleiteiam, ao final, a revogação da prisão preventiva do paciente.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se, à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeira instância, informações - a serem prestadas por malote digital, preferencialmente - e a senha de acesso para consulta ao processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS
Relator